

O futuro não faz por menos

Quem pensa que a confusão legislatória está próxima do fim, com a chegada da Constituinte à sua última e mais curta etapa, prepare o ânimo —mas não deixe de preparar mais o desânimo— para a fase seguinte à promulgação, em que vão ser apresentadas, discutidas e votadas as leis que tornem aplicável a nova Constituição.

Os constituintes consumiram 17 meses para chegar ao texto básico, mas ainda sujeito a intempéries e calamidades, da futura Constituição. A voracidade consumista não se limitou ao calendário: também foram consumidos nem se sabe quantos canais de TV e de rádio, fortunas em financiamentos fraternais, nomeações incontáveis. Tudo pelo social, claro.

O PMDB que sem o P e com ele resistira aos embates de duas décadas de gana militaresca, não resistiu a um semestre —este último— de votações na Constituinte, e espatifou-se. O PFL —bem, como a caridade continua sendo virtude e o tédio é um freio, deixemos de outras menções, que tudo está bem vivo aos olhos de todos. E atentemos logo para o fato de que este esgotante e inesgotável hafa resultou em um texto que exigirá perto do dobro de seus artigos para que a nova Constituição seja aplicável. Entre leis regulamentadoras, leis ordinárias e alterações de leis vigentes, está estimado em mais de 450 o número de novos atos legais necessários ao funcionamento pleno da Constituição.

Grande parte destas leis tornou-se necessária por força de um expediente ilusório, que consistiu em aplicar a impasses da Constituinte a falsa solução de despachar o nó da discordância para a legislação ordinária ou regulamentadora. Nestes casos, portanto, apenas se adiaram os impasses, que em breve e por largo tempo estarão outra vez à tona. Tanto mais que o lado derrotado na decisão de um artigo na Constituinte tentará, na regulamentação deste princípio, atenuar a derrota o quanto possível.

Haja paciência. Ou, então, que o delegado Romeu Tuma resolva logo o problema da falta de passaportes.

Tal e qual

Nenhum governo estadual tem sido mais desastrado, nas suas

tentativas de criar realidades falsas para atender aos interesses de grupos econômicos, do que o de Moreira Franco no Rio. A derrota esmagadora do plano negociado de retirar a Barra da Tijuca ao município do Rio, transformando-a em território das voracidades inescrupulosas, foi o terceiro insucesso em três principais projetos de recompensa aos financiadores da campanha eleitoral e, claro, de participação nos resultados.

Este festival ia começar, já na instalação mesma do governo, com a transformação da Ilha Grande em pólo de especulação. O governo nem estava instalado ainda, e grandes negócios já se articulavam para efetivação de projetos, prontinhos, que esquartejavam toda a Ilha. O secretário de Turismo, Elísio Pires, foi escolhido em função deste plano. Mas, com a falta de cerimônia dos que consideram o poder um instrumento particular, tudo se fazia com tanto acinte que Brizola, pouco antes de transmitir o cargo, decretou o tombamento da Ilha Grande, como patrimônio da natureza fluminense. Até hoje Moreira Franco procura, em vão, um meio de contornar esta medida que o frustrou e aos seus.

O terceiro ato do festival de ganhos fáceis foi montado com alongamento do metrô, em um Estado repleto de carências dramáticas e na cidade que tem o melhor serviço de transportes urbanos do país. Hoje Moreira Franco estará fazendo o terceiro ato de inauguração solene das obras deste metrô. No qual já aconteceu de tudo: a descoberta de que os tapumes que pioram a cidade não encobrem obras, mas vazios enganadores; a suspensão de concorrência pelo Tribunal de Contas do Estado, por irregularidades; fuga de verbas e de empréstimos bancários, e muito mais. No desespero de obter que empreiteiras aceitassem dar início à obra, para que o fato consumado forçasse as portas dos cofres federais, foi-lhes oferecida até a dispensa, nas primeiras parcelas, de uns certos 5% que elas teriam de desembolsar. Um alongamento de metrô cujas concorrências não resistiriam à menor verificação: são meros prolongamentos da campanha eleitoral.

O governo Sarney tem pelo menos um consolo: o governo Moreira Franco.